



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1387, DE 2020

Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



Página da matéria



SENADO FEDERAL

SF/20633.65925-35 (LexEdit)  
|||||

**REQUERIMENTO N° DE**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, informações sobre a Portaria nº 163, de 18 de junho de 2020, que "dispõe sobre o cancelamento das inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, informações sobre a Portaria nº 163, de 18 de junho de 2020, que "dispõe sobre o cancelamento das inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais".

Nesses termos, requer-se a prestação das seguintes informações:

1. quantos, entre os excluídos, são pescadores artesanais;
2. quais foram os motivos do cancelamento das inscrições desses pescadores artesanais;
3. qual metodologia foi usada para identificar os pescadores artesanais; e
4. quais medidas o Governo Federal tem adotado para auxiliar na adequação desses trabalhadores, pescadores artesanais, às normas estatais vigentes no País.

## JUSTIFICAÇÃO

Recebemos, com preocupação, a notícia de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) cancelou, por meio da Portaria nº 163, de 18 de junho de 2020, as inscrições e as licenças de 429 pescadores no registro geral da pesca. Em momento de pandemia e de extrema dificuldade para a população manter sua fonte de renda, tal cancelamento deve ser avaliado quanto à sua legalidade, moralidade e razoabilidade.

Sabemos que muitos dos pescadores do Brasil são artesanais, que dependem de seu trabalho diário para garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Não podemos aceitar que esse público, um dos mais vulneráveis do País, seja impedido de desempenhar seu trabalho por meio de medidas injustificadas e arbitrárias tomadas pelo Governo Federal. Diante do exposto, entendemos de fundamental importância a resposta das perguntas para a senhora Ministra Tereza Cristina, razão por que conclamamos os nobres pares a aprovarem este Requerimento.

## **Senador Paulo Rocha (PT - PA)**